

Países ricos querem resolver nosso problema

Realí Júnior, de Paris JORNAL DA TARDE 2-6 JUN 1988

A poucos dias da abertura da reunião de Toronto — um novo encontro de cúpula dos governantes dos sete países mais ricos do mundo ocidental —, multiplicam-se as tomadas de posição sobre a dívida dos países em desenvolvimento. Principalmente após o

presidente da França, François Mitterrand, ter reiterado que aproveitará a ocasião para uma nova iniciativa em favor desses países.

Os Estados Unidos estão dispostos a apoiar as propostas da Grã-Bretanha e da França, de es-

tabelecer taxas de juros "concessionais", isto é, reduzidas, para os países endividados mais pobres, no momento do reescalonamento de suas dívidas com o Clube de Paris. Essa posição foi defendida por James Baker, secretário do Tesouro dos EUA, mas antes já havia sido proposta pela Grã-Bretanha e pela França. Ao mesmo tempo reuniram-se em Paris, durante a semana, sob os auspícios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial, mais de cem economistas e financeiros internacionais, com o objetivo de estudar o problema do "ajustamento estrutural" dos países endividados.

As medidas preconizadas para a recuperação econômica desses países continuam as mesmas, já previstas pelas instituições internacionais, entre elas o Fundo Monetário Internacional: alta de preços, restrições orçamentárias, estagnação e mesmo redução do nível de vida da população. Pelo menos numa primeira etapa. Para o diretor do Instituto Suíço da Pesquisa Econômica, Heinz Hauser, o chamado "ajustamento estrutural" deve ser suportado por um período relativamente prolongado. Só depois é que os primeiros resultados poderão ser definidos mais claramente.

Duras críticas

Mas hoje, pelo menos, já existe uma certa preocupação com as consequências de tais ajustamentos para as classes mais desfavorecidas. Um relatório do FMI, aprovado por Michel Camdessus, trata da necessidade de "integrar nos programas de ajustamento instrumentos que permitam compensar as repercussões negativas junto a setores mais vulneráveis da população". Na reunião de Paris, o atual presidente do Banco Exterior da Espanha, Michel Boyer, defendeu a necessidade de aplicar uma medicação mais flexível, levando em conta o contexto

cultural e demográfico de cada país. Michel Boyer criticou duramente a posição dos EUA, que absorvem uma proporção importante da poupança dos países mais desfavorecidos.

Ao mesmo tempo, os bancos comerciais procuram defender-se das críticas feitas pelo Tesouro norte-americano e pelo diretor do FMI, Michel Camdessus, segundo as quais o fluxo de capitais do Sul em direção ao Norte é maior do que no sentido contrário. O próprio presidente da França, François Mitterrand, tem repetido que hoje em dia são os pobres que financiam os ricos.

A revista econômica do banco American Express publica um levantamento revelando que os créditos bancários outorgados aos 15 países designados pelo Plano Baker aumentaram em 14 bilhões de dólares, sem contar com os créditos que serão proximamente concedidos ao Brasil, o que elevaria essa soma a 19 bilhões de dólares. O mesmo banco admite, entretanto, que as transferências dos países em desenvolvimento em direção aos bancos comerciais internacionais são mais importantes do que esse montante, mas considera tal fluxo como inevitável, pois os países endividados têm de honrar com o serviço da dívida e buscam reduzir o total.

O mesmo estudo indica que toda tentativa de anulação de dívidas seria um fardo insuportável para os bancos, mas admite outras proposições. Entre elas a capitalização dos juros, possível na medida em que os créditos não mais façam parte dos balanços a 100% de seu valor. Outra possibilidade admitida seria a criação de uma agência — dependendo do Banco Mundial e do FMI — capaz de "administrar a dívida". Essa agência garantiria, em última análise, os empréstimos de longo prazo, estimulando a concessão de novos créditos pelas instituições financeiras.